

LUÍSA TRINDADE

*Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*

O PAÇO SOBRE A RIBA: HISTÓRIAS DE UMA TORRE  
NA CERCA COIMBRÃ

"Conimbriga" XLV (2006) p. 397-424

**RESUMO:** Por ocasião das comemorações do Cinquentenário do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra (1955-2005), volta a evocar-se a memória do Paço Sobre a Riba (por deturpação também conhecido por Sub-Ripas) onde está instalado desde 1986. Este texto corresponde a uma conferência feita nesse âmbito. Quem foi João Vaz, o homem responsável pela adaptação a residência da velha torre medieval, em que medida o paço que fez erguer traduz a evolução da arquitectura civil portuguesa ou qual o papel dos seus sucessores, e concretamente de seu filho António Vaz, em *aggiornamentos* posteriores, são alguns dos temas agora abordados.

**ABSTRACT:** Within the celebrations of the fifty years of the Institute of Archaeology from the University of Coimbra, its siege since 1986 – the 16th century Paço de Sobre a Riba (commonly known as Sub-Ripas) – impose and deserve once more the revisiting of its spaces and history. Who was João Vaz (the owner of the new palace and the responsible for the adaptation of the medieval tower), which was the role of his successors, especially his son António Vaz, in succeeding aesthetic updating or at what extent those interventions reflected the Portuguese domestic architecture evolution are some of the topics explored in the present paper.

## O PAÇO SOBRE A RIBA: HISTÓRIAS DE UMA TORRE NA CERCA COIMBRÃ

O nosso pretexto é o de (re)evocar a memória de um edifício desde sempre considerado singular<sup>1</sup>. Se à complexidade formal e riqueza decorativa somarmos o facto invulgar de ter chegado, no essencial sem deturpações irreversíveis, ao século XX, compreende-se que Sub Ripas tenha despertado desde cedo a atenção de diversos historiadores com especial destaque para Silva Gaio, Nogueira Gonçalves ou, mais recentemente, Pedro Dias<sup>2</sup>.

Não sendo conhecida nova documentação para além da que Joaquim M. de Carvalho publicou em 1871<sup>3</sup>, o que agora se propõe é a sistematização dos dados adquiridos, uma releitura das hipóteses entretanto apontadas e o avançar de outras que consideramos igualmente válidas.

---

<sup>1</sup> Já em 1554, ao fazer o elogio de Coimbra, Inácio de Morais, incluía o Paço entre os edifícios célebres e famosos da cidade. Inácio de Morais, *Conimbricæ Encomium*, Coimbra, 1938, p. 8.

<sup>2</sup> Manuel da Silva Gaio, "Sub Ripas", *Arquivo Coimbrão*, VII, Coimbra, 1943, pp. 129-164; Vergílio Correia; A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947; Pedro DIAS, *A Arquitectura de Coimbra na Transição do Gótico para a Renascença*. 1490-1540, Coimbra, Epartur, 1982. Deste último autor veja-se também a "Notícia Histórica" que integra a publicação *Casa de Sub Ripas*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 131, Ministério das Obras Públicas, 1990.

<sup>3</sup> Joaquim Martins de Carvalho, "Aonde foi assassinada D. Maria Telles?" *O Conimbricense*, 2526-2527, Ano XXIV, 10 /14 de Outubro de 1871. Martins de Carvalho publica na íntegra a "doação entre vivos" da Torre Sobre-a-riba, a "petição" que João Vaz dirige à câmara no sentido de ligar as duas propriedades por meio de um balcão e o "despacho em vereação" que reconhece a validade da doação e autoriza a referida obra, respectivamente de 12, 26 e 29 de Julho de 1514. A cópia dos documentos foi-lhe facultada por Miguel Osório Cabral e Castro, em cuja posse os depositara o Sr. Prestrello, pai do então proprietário da Casa de Sub Ripas.

Trata-se de um edifício que, nem no todo nem no pormenor se revela facilmente ao observador, exigindo um processo de descoberta que ao deambular sinuoso e lento na proximidade associe a distancia necessária à sua percepção na paisagem urbana, única forma de o captar em toda a sua complexa volumetria.

Percorrendo um período de tempo longo balizado, em linhas gerais, entre os séculos XIV e XX, a nossa abordagem estrutura-se em torno de quatro pontos essenciais:

1. a implantação dado fundamental para a compreensão do edifício, em grande parte, responsável pela sua especificidade;
2. o processo de privatização de um equipamento público pela conversão de uma torre defensiva em residência;
3. o paço, propriamente dito, numa análise do processo construtivo, forma e decoração;
4. a campanha de restauro conduzida pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) nos primeiros anos da década de 1980 com vista à instalação dos Institutos de Arte e Arqueologia da Universidade de Coimbra.

Compreender a implantação do paço na malha urbana coimbrã obriga a recuar aos finais da Idade Média e a traçar, ainda que de forma necessariamente rápida, o perímetro da estrutura defensiva. Uma cerca que, moldando-se à topografia, rodeava toda a colina da Alta encerrando um espaço de cerca de 22 hectares.

Escolhendo aleatoriamente um ponto de partida, a poente e à cota mais baixa de todo o circuito, a cerca arrancava da Porta da Almedina – principal acesso à cidade intramuros – tangente ao que era então a artéria mais concorrida do arrabalde, a Rua das Tendas ou Calçada, hoje Ferreira Borges. Seguia em linha recta até Belcouce onde se abria uma segunda porta, estrategicamente situada no enfiamento da ponte. Neste ponto, desenhando um ângulo recto, inflectia para nascente vencendo a íngreme couraça sul. Quase no topo, nas proximidades da Porta da Traição rodava em direcção a Norte até tocar o castelo, local onde também se encontrava a Porta do Sol. Marcado ainda hoje o ângulo nordeste pelos vestígios de uma torre, iniciava a descida pela couraça norte, mais tarde chamada dos Apóstolos. Junto à Porta Nova,

a última a ser rasgada na muralha, o muro dobrava para sul até encontrar de novo a Porta da Almedina<sup>4</sup>.

É neste último lanço, sobre uma escarpa abrupta, que justifica o topónimo de *sobre a riba*, que se encontra a torre que servirá de matriz ao paço quinhentista em análise.

Com um perímetro global que tudo indica ter sido definido na época tardo-romana, a muralha foi, ao longo dos séculos seguintes, objecto de obras de reforço e actualização sobretudo ao nível de torres e portas, cavas e barbacãs. Às transformações ocorridas nos períodos de dominação muçulmana (Almedina, Traição) e condal (Portas do Sol) ou às que se sabe terem ocorrido logo nos inícios do século XIII (Porta Nova e Torre de D. Sancho) podem somar-se as que, já em pleno período gótico, evidenciam um esforço de adaptação aos avanços da poliorcética, de acordo com o novo princípio de defesa activa.

Em Coimbra, como na generalidade do País, essa actualização ocorreu ao longo dos séculos XIII e XIV encontrando em D. Fernando um dos seus principais impulsionadores, justificando-se o investimento pela conjuntura de guerra com Castela e pela localização da cidade numa das mais frequentadas rotas de penetração dos exércitos inimigos<sup>5</sup>.

Ao contrário de outras torres do circuito muralhado que inscrições comemorativas permitem datar com algum rigor, as origens da Torre Sobre a Riba permanecem desconhecidas embora um ou outro elemento subsistente, como o balcão com mata-cães<sup>6</sup> inserido na face norte (hoje transformado), indicie intervenções realizadas no decorrer dos séculos XIII ou XIV.

---

<sup>4</sup> Sobre a muralha de Coimbra veja-se Jorge de Alarcão, "As Origens de Coimbra", sep. das *I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, Coimbra, 1979; Leontina Ventura, "A Muralha Coimbrã na Documentação Medieval", sep. das *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, Coimbra, 1979; Walter Rossa, *DiverCidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001, p.65-72 e 238-241.

<sup>5</sup> Sobre as obras documentadas na cerca coimbrã para o reinado de D. Fernando veja-se, João Gouveia Monteiro, *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa, Colibri-Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, pp.128-138.

<sup>6</sup> O balcão foi fechado nas obras de adaptação a residência. Para além das mísulas em que assentava e que se mantém como elemento de suporte do novo corpo, a campanha de restauro da DGEMN deixou à vista, pelo interior da torre, um dos matacães de que o balcão era munido.

Construída ou transformada no período gótico, como as demais, a Torre Sobre a Riba permitia uma maior eficácia defensiva dos panos de muralha, um amplo ângulo de visão sobre o território circundante e, em conjunto com a barbacã que a cota mais baixa acompanhava toda a extensão do muro oriental, o aumento da capacidade de resistência aos assédios que a cidade sofria com alguma frequência, bastando para isso lembrar os cercos de Henrique II e João I de Castela, respectivamente em 1373 e 1385.

Torres quadrangulares de pequenas dimensões, com cerca de 5 varas de lado, que funcionavam como atalaias, aquartelando a guarnição encarregada da vigia ou vela que assim controlava as manobras de aproximação do adversário.

Ao longo do século XIV a função da Torre Sobre a Riba terá sido estritamente militar, desempenhando um papel activo no sistema defensivo de Coimbra. Nada, efectivamente, corrobora a lenda que a identifica, em 1377, como palco do assassinio de D. Maria Teles, irmã da Rainha D. Leonor, às mãos do infante D. João, seu marido. Muito pelo contrário. Fernão Lopes, na *Crónica de D. Fernando*, é rigoroso nas coordenadas: as casas-torre de Álvaro Fernandes de Carvalho onde pousava D. Maria Teles, situavam-se junto “aa Igreja de Sam Bertolameu, domde naçe huuma estreita rua, que dereitamente vay sahir aas portas daquellas casas”. No arrabalde portanto<sup>7</sup>.

As primeiras referências documentais que especificamente referem a torre são bastante posteriores, já do primeiro quartel do século XVI, embora a situação descrita possa ser projectada para data anterior.

A 12 de Julho de 1514 o tanoeiro Bastião Gonçalves, sua mulher e mãe, doavam a torre “sobre a riba com seu lanço de muro” a João Vaz<sup>8</sup>. A 26 do mesmo mês, o novo arrendatário pedia à câmara o título

<sup>7</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Porto, Civilização, s.d., cap. CIII, pp. 281-284. Sobre a divulgação da lenda veja-se Joaquim M. Carvalho, “Aonde foi assassinada D. Maria Telles?” *O Conimbricense*, 2526, 10 de Outubro de 1871.

<sup>8</sup> “Doação entre vivos, que ao licenciado Joham Vaaz fizeram Bastiam Gonçalves, tanoeiro, morador na dita cidade ssobre-a-ryba, e sua mulher Catharina Annes, e sua mãe Catharina Fernandes, viúva de Gonçalo Eanes, trabalhador, de uma torre, com sseu lanço de muro no dito loguo de sobre-a-riba, que era prazo fatyossym d’esta cidade de que pagavã della vynte e huu Rs. cada ano de foro a cidade, que partia com a torre do prioll do Ameall e com casas do Senhor dom felipe que está no muro da cidade e da outra banda cõ a barbacãa da cidade e da outra com a dita rrua ppc.<sup>a</sup> de ssobre-a-ryba

de propriedade para sua “majs seguridade e per q sse em ella fiser bem-feitorja ao diãte não possa sobre isso vjr alguua duvjda”. Para esse efeito, provava haver mais de quarenta anos “a esta parte que a *Torre da Contenda* com suas pertenças e lanço de muro” andava aforada por vinte e um reis. Esclarece-se deste modo que a perca de funções defensivas datava pelo menos da década de setenta do século XV, época em fora aforada pelo concelho aos antecessores de Bastião Gonçalves<sup>9</sup>.

A passagem do público ao privado – pela conversão de uma torre defensiva em residência – não constitui um acto invulgar nos finais da Idade Média portuguesa. O açambarcamento e privatização dos sistemas defensivos foi um fenómeno extensivo a todo o reino, registando-se com especial intensidade no decorrer do século XV, à medida que as velhas estruturas se tornavam obsoletas<sup>10</sup>.

Pela parte exterior do muro, os panos de muralha ou as barbacãs serviam de encosto a moradias, que o crescimento urbano, um acesso mais franco e livre dos constrangimentos fiscais ou das portas que se fechavam, a vizinhança das zonas comerciais e dos caminhos mais concorridos levava a serem edificadas fora de portas. Muitas alçavam-se sobre o andaime ou adarve. Ocupavam-se as torres, interrompiam-se os caminhos de ronda, preenchiam-se as liças, atulhavam-se as cavas. Elementos que os tratados militares aconselhavam, desde sempre, a manter desimpedidos.

Quando essa alteração de usos se dava era quase sempre com a anuência dos poderes régio e concelhio. Os mesmos que o proibiam nas ordenações, nas assembleias camarárias, nos livros de posturas. Neste

---

e com pardyeiros do ld.º Y.º Vaaz, e de que logo ao mesmo doado foi dada posse real e corpural pelo tabellião Gregório Lourenço, que o instrumento lavrou”. Silva Gaio, “Sub Ripas”, pp. 136-137.

<sup>9</sup> O texto refere “que elles per si (Bastião Gonçalves, sua mulher e mãe) e per g.º anes seu paj e por os antecessores q adãte delles trouxerã e posujrã...”. Silva Gaio, “Sub Ripas”, pp. 136-137.

<sup>10</sup> Embora a prática se intensifique à medida que os sistemas defensivos vão caindo em desuso, os aforamentos registados nas cercas de Évora e Elvas, ainda no reinado de D. Dinis, muito antes de estarem edificadas as cercas góticas afonsinas, provam que as origens do fenómeno são muito anteriores à efectiva perca de funções defensivas. Fernando Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1999, p. 210 e 218; Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, p. 176.

aspecto a sua actuação foi sempre particularmente ambígua. Em tese protegiam a eficácia do sistema defensivo, esse investimento pesadíssimo cuja integridade tinha de ser mantida. Por isso era obrigatório, entre outras medidas, deixar um espaço de 15 pés de distância ao muro (4,95 metros). Determinação difícil de manter em tempos de paz, mesmo que transitória e não apenas por falta de zelo.

Na realidade, tudo aponta para que os lucros decorrentes dos aforamentos atingissem valores significativos, razão porque se autorizava a sua alienação ainda que sujeita a algumas condições prévias tais como o compromisso por parte do arrendatário de deixar circular livremente as tropas ou, de forma mais drástica, o direito ao derrube compulsivo de todas as construções que dificultassem a defesa ou permitissem a escalada do inimigo, situação prevista nas ordenações Manuelinas<sup>11</sup>. Relacionado com a facilidade e rapidez de destruição as autoridades determinavam, por vezes, os materiais a utilizar, obrigando ao uso de madeira em detrimento da pedra<sup>12</sup>.

Em Coimbra pode recuar-se até aos finais do século XIV o processo de “conquista” da cerca. Em 1395, o rol de propriedades régias<sup>13</sup> denuncia a forma como pelo interior da muralha o troço que unia as portas de Almedina e Belcouce se encontrava densamente construído. Da centúria seguinte são vários os diplomas de aforamento que comprovam a autorização de encosto à barbacã ou a alienação do muro propriamente dito<sup>14</sup>. Nem as torres onde estavam sediados engenhos de guerra esca-

<sup>11</sup> *Ordenações Manuelinas, Livro I*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 355.

<sup>12</sup> Foi o que sucedeu, no Porto, a Domingos Martins, tanoeiro, em 1391 que, embora autorizado pelos vereadores a construir um alpendre, junto ao muro, «en que posa lavar de seu mester», era obrigado a fazê-lo de «tavoado e de madeira e nom de pedra. “*Vereações*”, *Anos de 1390-1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*, comentários e notas de A. de Magalhães Basto, Porto, Câmara Municipal, 1937, p. 82.

<sup>13</sup> Torre do Tombo, Núcleo Antigo, 287, *Almoxarifado de Coimbra*, fls 12 a 22 v.

<sup>14</sup> Como por exemplo os aforamentos registados, em 1419, na couraça a par da portagem; em 1427, do lanço entre a torre D. Joana e a de Belcouce, incluindo o rossio onde costuma estar o trabuquete; o emprazamento, em 1431, de uma casa do concelho que parte com a barbacã, sob condição de a demolirem em caso de guerra ou os aforamentos realizados nos anos de 1451, 1459 e 1468 relativos a casas que confrontam com a Rua da Calçada e com a barbacã da Almedina. J. Branquinho de Carvalho; A. Carneiro da Silva, *Catálogo dos manuscritos do Arquivo Municipal*, Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra, 1964.

pavam, caso da Torre do Trabuquete. Em 1502 D. Manuel confirmava o aforamento da barbacã de Coimbra, desde a Torre do Engenho até à Torre da Relação, a Pedro Anes, tesoureiro da Sé, transformando o aforamento de três vidas em perpétuo, dadas as benfeitorias que aquele aí pretendia fazer<sup>15</sup>. O Tombo da Câmara de 1532<sup>16</sup> consolida a ideia de que toda a estrutura, muralha e barbacã, tinha sido literalmente *engolida* pelo casario.

No próprio texto da doação da Torre Sobre a Riba refere-se, a propósito das confrontações, que a torre imediatamente acima se encontrava aforada a Martim Domingues, Prior do Ameal, enquanto o troço abaixo, praticamente até à Torre da Almedina, estava integrado nas casas de D. Filipe de Sousa<sup>17</sup>.

Dos vários elementos que compunham o sistema defensivo, os torreões que protegiam as portas da cidade requeriam uma atenção especial por parte das autoridades. E não apenas por defenderem os pontos mais frágeis de todo o circuito, pois para além do valor simbólico atribuído às portas de qualquer cidade medieval, documentação coeva refere expressamente o perigo que as construções sobre elas constituía quando o fogo deflagrava, ruindo e acumulando escombros, bloqueando a passagem e impedindo a retirada de gentes e bens do interior da cidade<sup>18</sup>.

E contudo, também nestes casos as autoridades agiam de forma contraditória. Se em 1519 a vereação de Coimbra decidia que “nunca em nenhum tempo se aforem” as torres que estão sobre as portas, por ser «coisa muito odiosa e empydosa à dita cidade» e acordava escrever ao monarca sobre o aforamento da Torre de Belcouce a Diogo de Sá feito por oficiais dos anos passados<sup>19</sup>, apenas nove meses decorridos,

---

<sup>15</sup> Luísa Trindade, *A Casa corrente em Coimbra, dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 106.

<sup>16</sup> *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)*, introdução, leitura e notas de, J. Branquinho de Carvalho, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1964 (doravante citado apenas por *Tombo Antigo*).

<sup>17</sup> Veja-se supra nota 8.

<sup>18</sup> Beatriz Arizaga Bolumburu, *Urbanística Medieval (Guipúzcoa)*, Editorial Kriselu, 1990, p. 155.

<sup>19</sup> “Livro de regimentos e posturas desta mui nobre e sempre leal cidade de Coimbra” também conhecido por, “Livro I da Correia”, leitura de J. Pinto Loureiro, *Arquivo Coimbrão*, vols. II-V, Coimbra, 1930-1940. vol. IV, p. 160, artigo 750.



em Janeiro de 1520, voltava a aforar exactamente a mesma torre, desta vez a Pedro de Alpoim, proprietário das casas contíguas<sup>20</sup>. Talvez a categoria social do novo arrendatário – Ouvidor Geral e Secretário de Estado da Índia – seja um dado decisivo para a compreensão de tão ambígua actuação.

Voltemos à Torre Sobre a Riba. A privatização do imóvel terá sido neste caso menos problemática. De certa forma a sua localização periférica em relação aos percursos de maior movimento legitimava a sua alienação por parte das autoridades. É esse, aliás, o argumento utilizado por João Vaz quando solicita autorização para lançar o passadiço sobre a rua: por não ser “...rrua corrente de bestas nem de gente senão pouca e lugar escuso por omde nunqua vaj procissão nem outra cousa pública a qimpida”<sup>21</sup>.

Uma caracterização necessariamente rápida do local de implantação da torre, na segunda década de Quinhentos, revela-nos um tecido pouco denso e de reduzido carácter urbano, quase residual.

Frente à torre existiam então pardieiros, também eles propriedade de João Vaz. A rua que a cota superior ligava a Porta Nova ao adro da Sé – a actual Rua dos Coutinhos – só pela mesma altura, senão mesmo em data posterior, seria alvo de melhoramentos, por iniciativa de Frei Brás de Braga<sup>22</sup>. A azinhaga que, pela barbacã, vinha da Porta da Almedina, perdera o carácter público ao ser aforada a D. Filipe de Sousa que a “traz metida em hum seu jardim e casas e patyo” a qual começa “a porta de Almedina e vay ter a quyna das casas do Licenciado João Vaz que está na rua de sobre aRiba...”<sup>23</sup>.

Quanto à própria Rua de Sobre a Riba, não conduzia na prática a qualquer ponto de interesse ou ocupação significativa. São vários os argumentos que comprovam a baixa densidade de ocupação da área que mediava entre a torre e a Porta Nova: não só nos anos trinta João de Ruão encontrou aí o espaço necessário ao estabelecimento da sua ofi-

<sup>20</sup> Vergílio Correia; Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, p. 233 e 168-169.

<sup>21</sup> «E asi por quãto ali no he rrua corrente de bestas nem de gente senão pouca e lugar escuso por omde nunqua vaj procissão nem outra cousa pública a qimpida, peço a vossas merçees que semdo caso que eu quejra faser bemejtorja em huus pardjeiros que defrôte della tenho possa atravessar a rrua e faser per cima balcã sem prejujo algum cõtãto que a servjntja fique per baixo liure como esta, por todo será ennobrecimento da dita cidade em o que rreceberej mercee”. Silva Gaio, “Sub-Ripas”, pp. 136-137.

<sup>22</sup> Pedro Dias, *A Arquitectura de Coimbra ...*, pp. 40-41.

<sup>23</sup> *Tombo Antigo*, p. 60, artigo 131.

cina, como em finais da centúria toda essa parcela de terreno se encontrava ainda vaga, reservada por ordem régia para a construção dos novos edifícios universitários<sup>24</sup>. A situação só se alterou quando em 1593, levantado o embargo régio, o Mosteiro de Santa Cruz deu início à edificação do colégio de Santo Agostinho, trazendo protagonismo definitivo a um espaço que não andaria longe do “lugar escuso” descrito por João Vaz, mesmo descontado o oportunismo subjacente ao seu discurso.

É esse mesmo carácter periférico que justifica que a câmara autorize João Vaz a lançar o passadiço sobre a rua. Embora a prática, de origem medieval, continuasse a ser reconhecida pelas Ordenações Manuelinas, – quando imóveis fronteiros fossem de um mesmo proprietário e reservando-se para o concelho o poder de os derrubar<sup>25</sup> – o facto é que em 1514 a construção de balcões não era já um acto pacífico.

Remontando pelo menos a D. Afonso V mas especialmente actuante no reinado de D. Manuel, intensifica-se por parte das autoridades o combate à proliferação dos acrescentos ligeiros que de forma anárquica se projectavam sobre o espaço público – beirados excessivamente salientes, andares em ressaltado, alpendres, balcões e sacadas. Os prejuízos que acarretavam encontram-se enumerados num alvará régio, de 1502, relativo a Lisboa: embargavam a via prejudicando a livre circulação, principalmente dos que transitavam a cavalo, impediam a circulação do ar constituindo um perigo para a saúde, propagavam o fogo e prejudicavam o seu combate, servindo, para além disso, de acolhimento a malfeitores<sup>26</sup>.

A acção permissiva da câmara de Coimbra para quem o arco de João Vaz não constituía prejuízo algum, antes parecendo ser “proveitoso pêra debaixo se poderem recolher a aver prazer em tempo de sol e de chuva” constitui uma prova do reduzido alcance da legislação, razão, aliás, porque era sistematicamente reiterada.

---

<sup>24</sup> Documento publicado por Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra. Modelos e programas arquitectónicos*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002, vol. II, pp. 113-117.

<sup>25</sup> “...porque por tempo alguu nunca poderá aquirir posse em o dito balcam o senhorio da dita casa ou balcam”. *Ordenações Manuelinas, Livro I*, p. 352.

<sup>26</sup> Helder Carita, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 219; Iria Gonçalves, “Posturas Municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimónia, 1996, pp. 80-82; Luísa Trindade, *A Casa corrente em Coimbra*, pp. 60-63.

Na compreensão de todo o processo de aquisição/adaptação/construção do paço Sobre a Riba, a reconstituição do perfil de João Vaz revela-se um dado fundamental. Quem era, afinal, o novo proprietário da torre?

Frequentemente referido na documentação quinhentista relativa à cidade, João Vaz distingue-se de alguns seus contemporâneos homónimos pelo grau académico de licenciado que sistematicamente precede a sua assinatura.

Para além do cargo de vereador, que ocupou sucessivamente nos anos de 1514, 1516, 1519 e 1520, exerceu durante alguns meses de 1515 as funções de Juiz de Fora<sup>27</sup>. Em 1523 era casado com Dominga Pires<sup>28</sup>, tendo contraído posteriormente segundas núpcias com Bartolesa Cabral<sup>29</sup>. Do primeiro casamento terá tido, pelo menos, três filhos: António, mais tarde lente da Universidade, Simão e Ana Vaz<sup>30</sup>. Desconhece-se a data exacta da sua morte, decerto anterior a 1546<sup>31</sup>.

Pelo Tombo de 1532, onde foram arroladas as propriedades camarárias, pode fazer-se uma ideia dos bens que João Vaz trazia emprazados ao concelho. Dos bens próprios pouco se sabe, pois apenas surgem mencionados episodicamente a propósito de confrontações. Apesar do quadro incompleto, os dados coligidos revelam João Vaz como um homem abastado.

Na área periurbana, concretamente “honde se chama a fomtoura que he no camynho que vay desta cidade para a cidade do Porto”, con-

---

<sup>27</sup> *Livro de regimentos e posturas...* As referencias a João Vaz, enquanto vereador da Câmara, encontram-se nos vol. III, p. 116; vol. IV, p. 133 e 162 e vol. V, pp. 87-89.

<sup>28</sup> Identificada como mulher do licenciado João Vaz no baptismo de um filho de Nuno Parada, escrivão da Câmara, ocorrido no ano de 1523. José Pinto Loureiro, “Novos subsídios para a biografia de Camões”, *O Instituto*, 89, 1935, p. 226.

<sup>29</sup> Por carta régia de 6 de Agosto de 1557, sabe-se que a posse das casas de Sub-Ripas era então partilhada por João Homem marido de “Bartolesa Cabral que primeiro foy molher do dito l.do João vaaz e os mais erdeiros di dito l.do”. Silva Gaio, *Sub-Ripas*, p. 163. Também em 1551-52, enquanto testemunha de dois baptizados, é identificada como mulher do licenciado João Vaz que, embora o texto não o refira, já então tinha falecido. José Pinto Loureiro, “Novos subsídios para a biografia de Camões”, p. 226.

<sup>30</sup> José Pinto Loureiro, “Novos subsídios para a biografia de Camões”, p. 224. Silva Gaio por seu lado aponta como herdeiros de João Vaz, Paulo e António. Note-se contudo que estes dados integram os últimos capítulos do seu texto, publicado postumamente e onde surgem coligidas notas soltas e apontamentos inacabados à data da morte do autor. Silva Gaio, “Sub-Ripas”, p. 161.

<sup>31</sup> Veja-se infra, nota 57.

frontando com o rio Mondego, trazia aforada ao concelho uma almui-nha pela qual pagava anualmente a quantia de cem reis<sup>32</sup>. Na Ribela, era proprietário de uma terra e de um olival<sup>33</sup>. Na cidade era arrendatário de um chão concelhio na calçada que levava da Torre de Belcouce ao Castelo, confrontando com quintal, casas e cortinhal próprios<sup>34</sup>.

Especial relevância tem o conjunto de bens que possuía no espaço que mediava entre a Porta da Almedina e a Porta Nova: toda a barbacã entre as suas casas e a dita Porta<sup>35</sup>; um chão, no Corpo de Deus, com cerca de 150 metros de longo<sup>36</sup> e umas casas de um sobrado “onde se chama o quintal, acima da Porta da Almedina”<sup>37</sup>; para além das casas próprias que possuía no mesmo local – o Paço Sobre a Riba – era ainda arrendatário de umas outras, confinantes, propriedade do mosteiro de Semide<sup>38</sup>.

De forma concertada, João Vaz conduziu uma estratégia de concentração de propriedades num determinado ponto da cidade. Entre doações, aforamentos e propriedades próprias, era detentor de uma importante parcela dos terrenos que, no sentido Sul-Norte levavam da Torre à Porta Nova e, no sentido nascente-poente, da torre ao Corpo de Deus. É exactamente um episódio dessa estratégia que surge na documentação de 1514.

Não deixa de ser curioso verificar como a muralha, que no lanço poente tocava as zonas de maior centralidade urbana, parece ter funcionado como pólo de atracção dos estratos superiores da sociedade coimbrã. Analisando novamente o Tombo de 1532 verificamos que na Rua das Fangas, actual Fernandes Tomás – ou seja no troço que corria entre a Porta de Belcouce e a de Almedina – residiam, entre outros: Pedro de Alpoim, Ouvidor Geral e Secretário de Estado da Índia já acima referido; João Cerveira, Chanceler da Correição; os herdeiros de João Alvarez da Cunha; Rui de Sá Pereira, cavaleiro fidalgo; Heytor de Sá, cavaleiro cidadão<sup>39</sup>. À excepção do último que apenas detinha parte do

<sup>32</sup> *Tombo Antigo*, p. 35, artigo 66.

<sup>33</sup> *Tombo Antigo*, p. 52, artigo 111.

<sup>34</sup> *Tombo Antigo*, p. 36, artigo 68.

<sup>35</sup> *Tombo Antigo*, p. 36, artigo 69. A barbacã corre “ao longo das suas próprias casas até à Porta Nova e a largura he dela ao muro”.

<sup>36</sup> *Tombo Antigo*, p. 35, artigo 67.

<sup>37</sup> *Tombo Antigo*, p. 34, artigo 65.

<sup>38</sup> *Tombo Antigo*, p. 60, artigo 133.

<sup>39</sup> Para além dos dados já referidos na nota 20 veja-se *Tombo Antigo...*, respectivamente, p. 65, artigo 149, pp. 66-67, artigo 153; p. 67, artigo 154 e p. 66, artigo 151.

adarve, todos os outros incluíam antigas torres da muralha nas suas residências. A Norte da torre da Almedina, uma vez mais sobre a muralha, corriam as casas e quintais de D. Filipe de Sousa, do licenciado e vereador João Vaz e do prior do Ameal.

A verdade é que o interesse de João Vaz por uma torre da cerca integra num movimento mais vasto que encontrava na forte simbologia das estruturas torreadas uma explicação concreta. Conotada desde a origem com os valores de nobreza e honra<sup>40</sup>, a torre manteve ao longo de toda a Idade Média e mesmo depois de perdida a função guerreira, todo o seu poder retórico.

Em Portugal a edificação de torres vulgariza-se sobretudo a partir do reinado de D. Afonso V, período de vincado neo-senhorialismo, numa altura em que para tal não era já condição necessária a prévia autorização régia.

Pelo seu significado as velhas torres foram escrupulosamente conservadas nos paços que sofreram reformas manuelinas<sup>41</sup>, enquanto outras, de uma nobreza recente e em pleno processo de ascensão social, foram edificadas de raiz, apenas com dimensões mais generosas<sup>42</sup>. Não surpreende por isso que os membros das oligarquias urbanas reproduzissem de forma mimética o comportamento da nobreza procurando também eles associar-se a um elemento de tão forte simbologia.

Integravam, por regra, uma morada mais vasta. As suas dimensões revelaram-se, desde cedo, exíguas para as necessidades quotidianas e mesmo no mundo rural as velhas torres foram, a partir de Trezentos, associadas a anexos consideravelmente mais amplos onde a predominância dos volumes horizontais suplantava em comodidade e organização interna as dificuldades associadas ao desenvolvimento vertical dos

<sup>40</sup> Mário Jorge Barroca, "Torres, Casas-Torres ou Casas Fortes, A concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)", *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 19, 1997, pp. 39-103; José Custódio Vieira da Silva, *Paços medievais portugueses*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 1995.

<sup>41</sup> Caso da Torre de Vasconcelos (Amares), Solar dos Pinheiros (Barcelos) Paço de Giela ou Torre de Dornelas.

<sup>42</sup> Caso das Torres das Águias (Brotas), de Lanhelas (Caminha), Bertlandos (Ponte de Lima) ou Ribafria (Sintra), todas do século XVI. C. A. Ferreira de Almeida; Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, pp. 103-109.

espaços que compunham por definição a torre. Mas a forma de aproveitamento das antigas estruturas torreadas dependeu, em última análise, dos requisitos e capacidade económica dos proprietários.

Em Coimbra, as duas torres sobreviventes e quase contíguas fornecem dois modelos distintos que vale a pena comparar. Na Torre do Prior do Ameal a estrutural original foi integralmente mantida acrescentando-se apenas um novo sobrado acima do nível das ameias, ainda hoje perceptível numa análise atenta dos paramentos<sup>43</sup>. A residência limitou-se, neste caso, ao espaço da torre, agora com quatro pisos sobrepostos, não excedendo cada um deles os 20 m<sup>2</sup>. Com apenas uma divisão por piso – ligados por uma escada de caracol – a organização do espaço interno fazia-se, como ditava a lógica, no sentido de uma progressão do mais público para o privado. A inclusão de uma lareira e a abertura de um número significativo de vãos onde até aí só existiam estreitas frestas de perfil militar, foram, neste caso, os poucos elementos necessários à adaptação da velha estrutura.

A aposta de João Vaz foi manifestamente diferente. Não só acrescentou um último piso<sup>44</sup>, como envolveu a velha torre por nascente, poente e sul numa vasta composição assimétrica, em grande medida determinada por uma difícil implantação sobre a escarpa. A dimensão do Paço não tem efectivamente expressão pelo exterior, muito menos a quem se limita à observação da fachada nobre, face à rua<sup>45</sup>. O que, mesmo assim, parece não ter sido suficiente para João Vaz. A sua ambição revelou-se logo em 1514, quando dirigiu à câmara o pedido para lançar um balcão sobre a rua por forma a estabelecer uma ligação directa com os pardieiros fronteiros caso neles quisesse fazer benfeitorias, o que veio de facto a concretizar com a construção da Casa de Cima.

---

<sup>43</sup> A fachada nascente foi alvo de profundas transformações, mantendo-se o fâcies original nas restantes.

<sup>44</sup> O acrescento de um último piso é claramente perceptível numa análise dos alçados e plantas publicados no Boletim da DGEMN: à estrutura original correspondem os dois primeiros níveis, o inferior maciço e o segundo com paredes de grande espessura em silharia; o último, de espessura muito inferior e paramentos rebocados resulta da adaptação a residência.

<sup>45</sup> Sugestiva a este respeito é a descrição feita pelos proprietários da casa, em 1971: “uma casa com 5 andares, 33 divisões, 372 m<sup>2</sup> de área coberta e 300 m<sup>2</sup> de jardins”. Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro (Coimbra), Casa de Sub-Ripas, Processo n.º 0603020015.

À data da construção, o Paço de Sub-Ripas surgia destacado no tecido edificado coimbrão, a uma enorme distância conceptual da casa comum. Apontado por Inácio de Moraes no *Conimbricæ Encomium*, o seu carácter de excepção foi-lhe igualmente reconhecido pela regente D. Catarina quando, em 1557, escolheu Sub-Ripas para acolher os freires da Ordem de Cristo<sup>46</sup>.

O Paço de Sub-Ripas, como outros análogos entretanto desaparecidos (Casa dos Alpoíns, dos Cunhas ou Paço do Conde), representa a vários níveis uma significativa evolução das mentalidades. Traduz uma nova concepção de morada, mais exigente e complexa que, quase cem anos depois de iniciada no círculo restrito da corte de Avis<sup>47</sup>, atinge de forma definitiva o segmento mais qualificado dos estratos urbanos. O processo de mudança – lento no decurso do século XV – intensificou-se nos inícios da Época Moderna impulsionado por uma conjuntura económica favorável.

A resposta às novas exigências de conforto traduziu-se, na prática, por um aumento da volumetria, pela multiplicação de compartimentos e consequente especialização funcional, pela difusão de sistemas de aquecimento com uma melhor extracção de fumos ou no rasgar de vãos que para além de assegurarem uma maior capacidade de arejamento e iluminação permitiam um novo relacionamento com a paisagem. Em todos eles, sem excepção, investiu João Vaz.

Para além do vasto número de divisões, hoje difíceis de precisar em termos de funcionalidade, à excepção da sala nobre que os tectos trabalhados denunciavam ou da cozinha identificada pela grande lareira, Sub-Ripas encontra na abertura ao exterior, uma das suas características mais vincadas. Todos os alçados poente parecem ter sido concebidos e posicionados em função da paisagem que pudessem abarcar. A própria estrutura militar original foi adaptada e actualizada com esse mesmo sentido de privilégio concedido às vistas.

---

<sup>46</sup> Pedro Dias, “Notícia histórica”, *Casa de Sub Ripas*, p. 8.

<sup>47</sup> Recorde-se, entre as muitas iniciativas da família real, as obras de remodelação dos Paços da Alcáçova de Lisboa, de Sintra ou de Leiria, por D. João I, as de Tentugal e Penela por ordem de D. Pedro ou as de Belas, pelo infante D. João. Particular relevância, pelas repercussões que necessariamente implicaram na nova forma de pensar a morada senhorial, ganham os paços erguidos por D. Afonso e seus filhos, em Guimarães, Barcelos, Chaves, Ourém e Porto de Mós. Para uma análise exaustiva dos exemplos referidos veja-se Vieira da Silva, *Paços medievais portugueses*, pp. 119-156.

Conseguiu-se no Paço, nas varandas e terraços ou nas amplas janelas providas de assentos laterais, a ambiência amena e requintada típica da época. Alguns deles, como o pátio norte, ostentam uma riqueza de pormenores decorativos pensada para exclusiva fruição de quem quotidianamente os utilizava, sem que tal transparecesse para o exterior, numa atitude próxima do requinte intimista.

Também neste aspecto concreto Sub-Ripas seguiu de perto a evolução da arquitectura palaciana registada desde os inícios da dinastia de Avis, bastando para tal recordar os paços de Leiria e Ourém. O tema evoluiu em crescendo até à época manuelina altura em que, sob a forma de varandas, *loggias*, eirados ou pequenos miradouros invadiu toda a arquitectura paçã, podendo referir-se como exemplos os paços reais de Sintra e Évora, os de Belas, Valflores e Sempre Noiva ou, aquele que maior impacto teve na cidade de Coimbra, o Paço da Alcáçova que através da reforma simultaneamente em curso, se transfigurava num verdadeiro *belvedere*<sup>48</sup>.

Em planta, mais do que uma falta de clareza compositiva decorrente de um suposto espírito de matriz medieva, o paço acusa uma organicidade que lhe advém, essencialmente, das dificuldades de implantação sobre a riba. Com desníveis muito acentuados entre o plano da rua e lado exterior da muralha, a residência forma-se pela articulação de vários corpos adossados, de coberturas independentes e volumetrias diferentes. A existência dos vários terraços e varandins contribui vinicamente para o aspecto recortado do edifício ao conferir-lhe altimetrias descontínuas e irregulares. Feição que escapa a quem observa apenas o longo pano da fachada sobre a rua.

Toda a linguagem decorativa utilizada aponta, de acordo com o que o documento já por diversas vezes citado sugere, para uma obra levada a cabo no decorrer da segunda década de Quinhentos. Se dúvidas existem, restringem-se apenas ao último piso, que Silva Gaio atribuiu sem hesitações a um acrescento posterior e Pedro Dias considera uma hipótese a não rejeitar<sup>49</sup>. Em apoio dessa análise apontam os refe-

---

<sup>48</sup> António Filipe Pimentel, *A morada da Sabedoria. O Paço Real de Coimbra das origens ao estabelecimento definitivo da Universidade*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, pp. 304-330.

<sup>49</sup> Silva Gaio, "Sub-Ripas", p. 148; Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra...*, pp. 96-97.



ridos autores dois aspectos fundamentais: a diferença de alinhamento na fachada ao nível do arranque do último piso, vincada pela utilização de materiais distintos, e a inclusão da janela, com uma gramática coincidente com a que posteriormente se adopta na Casa de Cima ou do Arco.

Embora a alteração de materiais não seja invulgar – reservando-se por regra os mais resistentes e com função de suporte para os pisos inferiores e os mais ligeiros para as paredes superiores – e a janela, como sublinha Pedro Dias, possa simplesmente resultar de um melhoramento posterior, a verdade é que se respira uma ambiência diferente em todo o piso superior. A um pé direito significativamente inferior, soma-se a feição despojada do tratamento dos vãos, despídos na sua quase totalidade de qualquer motivo decorativo, manuelino ou renascença. As únicas excepções registam-se precisamente na janela rasgada no alçado principal e no pequeno compartimento superior da chamada manga norte, em que a dupla abobada e a abertura de topo parecem indiciar uma cronologia algo posterior, mais consentânea com a linguagem da casa fronteira.

Nada impede, de facto, que a adaptação a residência passasse, numa primeira fase, pela edificação de apenas dois pisos acima do nível da rua. O que em última análise daria sentido à localização da cozinha, que os receios de incêndio e uma melhor extracção de fumos, remetiam, por norma, para o último andar, quando não mesmo para um anexo exterior. A necessidade de aumentar o espaço disponível pode ter determinado, pouco depois de concluída a primeira fase de obras, o acrescento de um novo sobrado, mantendo-se no intermédio o carácter nobre e atribuindo-se ao essencial do novo acrescento um estatuto inferior na definição da lógica interna dos espaços, facto que justificaria o menor investimento decorativo.

No capítulo da decoração, e concretamente na fachada principal onde se concentram os motivos de maior exuberância, nota-se, como sublinhou Nogueira Gonçalves, a mão de alguém próximo da arte de Marcos Pires, embora seja necessário reconhecer que sem a desenvoltura ou erudição daquele mestre. Marcos Pires, a quem se deve o encerramento da campanha manuelina no mosteiro de Santa Cruz e a direcção dos trabalhos na Alcáçova entre 1517 e 1522, não podia deixar de marcar profundamente o que então se fazia de novo na cidade.

O portal é, sem dúvida, a peça mais rica. Com uma plasticidade enérgica e táctil, combinam-se arcos de perfis diferentes com molduras que reproduzem cordas torcidas e cadeias metálicas, que um tratamento assimétrico ainda mais realça. Sobre a porta, um escudo com as chagas de Cristo hoje totalmente ilegível. O portal propriamente dito é sobrepujado por um arco de volta perfeita alteado onde faixas de relevos vegetalistas envolvem o que terá sido em tempos uma cruz de galhos, motivo igualmente de grande fortuna à época. Cruz e chagas levaram alguns autores a propor a existência de uma capela na casa de baixo, embora nenhum outro dado corrobore a hipótese e a cruz seja um elemento recorrente em todo o edifício.

As formas são volumosas e claramente excessivas para as reduzidas dimensões do portal. A proporção exagerada do corpo superior confere-lhe um ar atarracado que a subida do nível da rua não explica totalmente. Apesar disso o seu efeito plástico é surpreendente. Como bem notou Silva Gaio “não é na verdade da mais nervosa delicadeza a delineação dos seus labores. Largamente lho compensam todavia o rasgo atrevido dos corte e entalhes, o vigor afirmativo dos relevos. Impõe-se-nos antes pela energia e brusca franqueza do que pela finura e elegância do trabalho”<sup>50</sup>.

Nas três janelas do piso intermédio, rematadas como o portal por expressivos cogulhos, repete-se a sobrecarga decorativa.

Romãs, alcachofras, flores de lis ou *máscaras de folhagens*, confundem-se com motivos religiosos e geométricos e recombinam-se, com uma intensidade quase saturante, com motivos inspirados na cordoaria ou na arte dos metais<sup>51</sup>. É todo um reportório decorativo aqui despido do seu significado mais profundo, longe dos complexos sistemas iconográficos produzidos em contexto de patrocínio régio.

Na gramática decorativa de Sub-Ripas insinua-se, ainda que de forma circunscrita e pontual, o gosto pelo mudejarismo, fenómeno que nas primeiras décadas do século XVI atingia proporções de verdadeira

---

<sup>50</sup> Silva Gaio, “Sub-Ripas”, p. 150. Da mesma opinião é Pedro Dias para quem o portal constitui a “popularização dos esquemas do mestre das obras de Santa Cruz e do Paço Real”. Pedro Dias, “Notícia Histórica”, *Casa de Sub-Ripas*, p. 18.

<sup>51</sup> Paulo Pereira, “A simbólica manuelina. Razão, celebração, segredo”, Pereira, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. II, *Do “Modo” Gótico ao Maneirismo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 142-148.

moda, estendendo-se a todo o País, do Minho às ilhas Atlânticas. É ele que está patente na janela aberta no corpo baixo projectado a poente, sobre a cidade, concretamente no uso do alfiz, no contraste entre o tijolo e a parede branca, no mainel fino e leve. A mesma sensibilidade encontra-se no capitel do pilar que sustenta os dois arcos da varanda norte, nos vários azulejos de importação sevilhana<sup>52</sup> de que ainda sobrevivem alguns vestígios ou nos desaparecidos tectos de madeira, que Albrecht Haupt pode ainda desenhar<sup>53</sup> e Silva Gaio descreveu como sendo de trabalho simples<sup>54</sup>.

Com uma linguagem já renascença encontra-se, na Casa da Torre, um conjunto significativo de medalhões e baixos relevos, especialmente concentrados nas paredes que envolvem o pequeno pátio norte. Integrados pontualmente e no decorrer dos anos seguintes, demonstram, tanto quanto o conjunto de mísulas – em quantidade e variedade surpreendente<sup>55</sup> – uma sensibilidade de colecionador. Colocados na sua esmagadora maioria em locais a que só se acede pelo interior, alguns, com destaque para os que reproduzem motivos zoomórficos – serpentes e lagartos discretamente esculpidos em vergas de portas e janelas – constituem, por vezes, pela quase inacessibilidade visual, um elemento de surpresa que nada tem de aleatório.

<sup>52</sup> Comuns em Coimbra, tanto em espaços civis como religiosos, bastando para tal lembrar os que decoravam o paço do Bispo ou revestiam, também por iniciativa de D. Jorge de Almeida, o interior da Sé Velha.

<sup>53</sup> Albrecht Haupt, *A arquitectura do Renascimento em Portugal*, Lisboa, Presença, 1985, p. 235.

<sup>54</sup> Nos finais da Idade Média ou nos inícios da Época Moderna o conforto das habitações passava em grande parte pelos revestimentos de paredes e pavimentos. Estes últimos, de lajes ou ladrilhos eram, de acordo com as possibilidades económicas do proprietário, mais ou menos cobertos por peles, tapetes e esteiras. As paredes, por seu lado, eram frequentemente forradas de madeira, referidos na documentação por “olivelados”, ou, nas casas mais ricas, por couros, os famosos guadamecis, elementos que, para além do efeito estético, desempenhavam um importante papel ao nível do isolamento térmico. A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1974.

<sup>55</sup> Algumas delas, próximas dos cantos inferiores das janelas, serviam, juntamente com os pinhões superiores, para a colocação de gelosias, sistema que se limitava às fachadas viradas à escharpa, mais expostas às intempéries. Apenas a título de curiosidade, refira-se que só a partir do século XVI começa a usar-se vidro nas janelas, utilização durante muito tempo circunscrita. Portadas de madeira e cortinados pesados, estes últimos também utilizados nas portas, eram os dispositivos mais utilizados na protecção dos vãos.

Se a Casa da Torre não tem, de forma genérica, levantado problemas de datação, o mesmo não pode dizer-se da casa de Cima ou do Arco, edifício que, do lado nascente da rua e com ligação directa pelo passadiço, completava o vasto conjunto residencial de João Vaz. A este propósito convém lembrar que uma análise profunda tem, por agora, de limitar-se à Casa da Torre, dotada de acesso franco e levantamentos exaustivos da responsabilidade da DGEMN o que, por razões óbvias, não se verifica para a Casa do Arco, desde sempre propriedade privada.

Com uma implantação em plano, a casa do Arco apresenta uma maior clareza na solução planimétrica adoptada, dispondo-se os vários corpos em U, em torno do pátio de entrada. Se todos os autores são unânimes em datar a construção de época posterior à Casa de Baixo já o mesmo não se verifica quanto à data relativa em que a empreitada possa ter decorrido. Nogueira Gonçalves coloca o essencial da construção no decénio de trinta, terminando já no de quarenta. Silva Gaio aponta para um período mais lato, entre os anos trinta e cinquenta. Pedro Dias situa-a na década de quarenta, fazendo corresponder as obras às datas inscritas no próprio edifício: 1542-1547<sup>56</sup>.

Um documento publicado por José Pinto Loureiro em 1935 num artigo dedicado à biografia de Camões, revela-se fundamental para o esclarecimento da questão: trata-se de um contrato de arrendamento realizado entre António Vaz e os cônegos da Sé. No texto, António Vaz, lente da Universidade, refere as casa em que vive, na Rua de Sobre as Ribas, herdadas de seu pai, o licenciado João Vaz. O contrato data de 1546<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> Pedro Dias atribui a construção da Casa de Cima a Diogo de Castilho ou a um dos seus auxiliares mais próximos. Diogo de Castilho, documentado pela primeira vez em 1517 no mosteiro dos Jerónimos vem para Coimbra como executante dos planos de João de Castilho (de quem era meio irmão) assumindo a direcção dos trabalhos no mosteiro de Santa Cruz (fachada e túmulos dos reis). Em 1519 é nomeado mestre de pedraria do mosteiro crúzio. Após a morte de Marcos Pires é-lhe atribuído o cargo de mestre de obras do Paço da Alcáçova. Na sua longa permanência na cidade Diogo de Castilho acumula cargos e privilégios que o tornam, nas palavras de Lurdes Craveiro, “o artista de eleição indiscutivelmente ligado ao poder. Até à sua morte, em 1574, nunca deixaria de ser o arquitecto credenciado da cidade a quem recorreria a encomenda mais forte e prestigiada”. Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra*, pp. 435-436. A antecipação das obras da Casa de Cima em nada invalida a participação conjectural de Diogo de Castilho.

<sup>57</sup> José Pinto Loureiro, “Novos subsídios para a biografia de Camões”, p. 222.

Que concluir? Que António Vaz herda a casa, não a constrói de raiz; que, morto João Vaz, na década de quarenta é o seu filho quem delas toma posse, aí residindo. Tudo indica, portanto, que a campanha de obras ocorrida entre 1542 e 1547 – numa casa já existente, sublinhamos – seja, pelo menos parcialmente, da responsabilidade do filho.

Poder-se-á obstar que a casa referida por António Vaz correspondia à Casa da Torre. Contudo num outro contrato de arrendamento de 1553, António Vaz refere novamente as casas que herdara de seu pai descrevendo-as como *casa sobradada, quintal, loja e mais duas casas térreas que a ela pertencem*<sup>58</sup> descrição que, embora sumária, revela maior concordância com a casa do Arco que com a Casa da Torre. Um outro argumento pode ser aduzido: pela carta da regente D. Catarina, sabe-se que nessa mesma década de 50 a posse de Sub-Ripas encontrava-se repartida por várias pessoas: João Homem, casado com Bertoleza Cabral, viúva de João Vaz, e os restantes herdeiros<sup>59</sup>.

Poder-se-á daqui concluir que António Vaz herda a parcela correspondente à Casa de Cima na sequência da morte do pai, ocorrida algures nos inícios da década de 1540 e que inicia de imediato uma reforma? Parece não ser uma hipótese a descartar e que de certa forma explicaria a ambiguidade decorativa bem patente na casa em questão, onde janelas de perfil clássico disputam a primazia a uma muito significativa quantidade de molduras manuelinas. Algo que não parece fazer sentido num edifício construído de raiz em data tão adiantada quanto 1542-47.

Assim sendo, a transformação em espaço residencial do que em 1514 é descrito como pardieiros, terá ocorrido em data anterior ao decénio de quarenta o que não é de forma alguma incompatível com uma remodelação posterior, um *aggiornamento*, por ocasião de um novo proprietário cuja memória seria então gravada no próprio edifício.

Sem que se conheça a profundidade da intervenção parece lícito atribuir-lhe a modernização do fácies geral<sup>60</sup>. Onde se destaca, para

<sup>58</sup> José Pinto Loureiro, “Novos subsídios para a biografia de Camões”, p. 224.

<sup>59</sup> De acordo com Silva Gaio, em 1578, António Vaz tornou-se o único proprietário de Sub-Ripas por doação que lhe fez a cunhada, após reivindicação que conjuntamente moveram a João Homem, que delas parcialmente se apossara. Silva Gaio, “Sub Ripas”, 1943, p. 163.

<sup>60</sup> Embora não a responsável pelo aspecto definitivo do edifício, objecto de outras campanhas no decorrer dos séculos seguintes, concretamente no portal principal. A aceitar-se a hipótese agora defendida, registre-se que a descrição de António Vaz

além dos aventais e molduras de algumas janelas, um conjunto impressionante de medalhões e baixos relevos, próximo das seis dezenas<sup>61</sup>. De valor desigual, alguns de grande nível, teriam origem na vizinha oficina de João de Ruão, na sua esmagadora maioria da responsabilidade de auxiliares do escultor que, com maior ou menor destreza, repetiam as fórmulas do mestre.

Em finais do século XVI ou inícios da centúria seguinte, pelo casamento de Francisco Vaz da Cunha, filho de António Vaz, com Luísa Perestrelo, o Paço de Sub-Ripas torna-se, por herança, propriedade dos Perestrelas a quem se deve, já no século XVIII, a colocação do brasão sobre o portal<sup>62</sup>.

### **O Paço de Sub-Ripas no século XX: a campanha da DGEMN e a adaptação a Instituto de Arqueologia<sup>63</sup>**

Como foi inicialmente referido, o Paço de Sub-Ripas chegou ao século XX sem que as suas características essenciais fossem postas em causa. Pese embora as destruições pontuais e as alterações a que os interiores foram sujeitos, os principais danos resultaram indiscutivelmente do abandono a que foi votado e que em última análise potenciou a acção do tempo. Embora classificado como Monumento Nacional em 1910 e dotado de Zona Especial de Protecção em 1961, o estado de deterioração tornou-se, à medida que o século avançava, cada vez mais evidente.

Entre 1948 e 1965 sucederam-se na imprensa local os apelos à conservação do que era considerado um dos mais importantes exempla-

---

sobre as casas em que vive em 1553, não coincide totalmente com o existente, onde uma altura global de dois sobrados terá substituído a casa sobradada e duas casas térreas por ele referidas.

<sup>61</sup> Nelson Correia Borges, *João de Ruão escultor da Renascença*, Coimbra, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da universidade de Coimbra, 1980, pp. 63-64.

<sup>62</sup> A pedra de armas é ladeada por duas estatuetas que sustentam, à maneira de tenentes, escudos onde se repetem dois dos símbolos heráldicos dos Perestrelas: no da esquerda um leão, no da direita uma estrela.

<sup>63</sup> Os dados que se seguem resultam da consulta da documentação da DGEMN, Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro (Coimbra), Casa de Sub-Ripas, Processo n.º 0603020015 e *Casa de Sub Ripas*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 131, Ministério das Obras Públicas, 1990.

res de arquitectura civil quinhentista da cidade. Foram várias as propostas de adaptação sem que nenhuma se concretizasse: Museu de Etnografia e Arte Popular (1948), Museu da Cidade (anos 60) ou reconversão de ambas as torres da muralha, Anto e Sub-Ripas, numa unidade hoteleira.

A doação da Torre de Anto feita por João Couto à cidade – para que aí se instalasse um museu dedicado a António Nobre – concentrou uma vez mais as atenções na situação deplorável do paço vizinho. As escassas tentativas que, por parte do Estado, tentaram vincular os proprietários à conservação do imóvel viriam a revelar-se totalmente ineficazes perante o volume de obras necessário<sup>64</sup>.

O processo de decadência inverteu-se definitivamente quando, nos inícios dos anos setenta a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra manifestou o seu interesse na aquisição de Sub-Ripas. Data de 25 de Junho de 1973 o despacho ministerial que autorizou a compra do monumento formalizando-se a aquisição por parte do Estado a 4 de Fevereiro de 1974<sup>65</sup>. Em finais desse mesmo ano os Professores Nogueira Gonçalves, Jorge de Alarcão e Pedro Dias, redigiram um primeiro estudo de adaptação do edifício a Institutos de Arqueologia e História da Arte, dos quais apenas o primeiro veio efectivamente a concretizar-se.

A especificidade do edifício e as dificuldades previstas, levaram a que, em 1975, a Direcção Geral de Construções Escolares entregasse o processo à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, considerada mais vocacionada para o tipo de intervenção necessária.

Ao longo dos dois anos seguintes decorreram os trabalhos de prospecção e sondagem, com picagens de rebocos e abertura de vãos entaipados. No final de 1977 toda a estrutura estava em condições de ser analisada e avaliada definindo-se com o *Grupo coordenador das Instalações da Universidade*, (GCIUC), presidido pelo então vice reitor Prof. Luís de Albuquerque, o programa definitivo.

Gorada, em 1981, a tentativa de aquisição da Casa do Arco, com o que se pretendia reintegrar os dois núcleos que originalmente compunham o Paço, as obras de restauro e adaptação, levadas a cabo já

<sup>64</sup> Nas notificações dava-se prioridade ao arranjo geral dos telhados, à colocação de vidraças em todas as janelas e à consolidação dos pavimentos de madeira.

<sup>65</sup> O arrastar das negociações resultou em grande parte da disparidade de valores que cada uma das partes atribuía ao imóvel. O valor final, a meio termo entre as duas propostas, fixou-se nos dois milhões, duzentos e cinquenta mil escudos.

nos anos oitenta, circunscreveram-se à Casa da Torre. Refira-se, no entanto, que nunca o bloco nascente, ocupado ao longo de toda a centúria, acusou o desgaste da casa fronteira.

Com base no programa de adaptação concebido por Nogueira Gonçalves e Jorge de Alarcão e projecto do arquitecto António Portugal, a filosofia de intervenção adoptada considerou “intocáveis todos os elementos de arquitectura”. Apenas a título de exemplo registre-se como, encontrados os vestígios originais de duas folhas em todas as portas, o sistema foi escrupulosamente mantido, o mesmo acontecendo com o uso de coberturas independentes sobre os vários corpos. Um dos problemas mais complicados colocou-se na ligação vertical entre os três pisos, descartada a hipótese da estrutura então existente servir de referência. De acordo com a filosofia da época, a nova escada foi construída em betão armado e revestida a madeira.

Numa descrição necessariamente rápida dos trabalhos realizados destacam-se os seguintes pontos:

- reconstrução das coberturas em lajes pré-esforçadas com colocação de novo telhado;
- levantamento de pavimentos e revestimento em tijoleira;
- desentaipamento de vãos;
- limpeza e refecimento de cantarias, substituição de outras que pelo estado avançado de deterioração não podiam já ser recuperadas;
- Execução de revestimentos exteriores e interiores;
- Instalação de caixilharias, rede de águas, esgotos e luz<sup>66</sup>, montagem de elevador.

Em 1986, a intervenção foi internacionalmente distinguida pela *Europa Nostra* com a atribuição de uma Menção Honrosa, oficialmente entregue em Outubro do ano seguinte no decorrer do *Encontro sobre a preservação da Alta de Coimbra*.

De acordo com o que foi sempre a metodologia da DGEMN, todo o processo de restauro e readaptação do Paço de Sub Ripas ficou deta-

---

<sup>66</sup> O relatório de avaliação feito, em 1972, pela Direcção Geral de Construções Escolares refere o facto de o edifício não ter tido nunca instalação de água ou energia eléctrica factores que certamente contribuíram para o abandono a que foi votado no século XX.



lhadamente documentado no Boletim n.º 131, publicado em 1990<sup>67</sup>. A acompanhar o levantamento gráfico exaustivo, com plantas, alçados e fotografias que registam o estado do edifício nas fases pré e pós campanha, incluem-se dois textos: uma análise histórico-artística da autoria de Pedro Dias e uma memória descritiva dos trabalhos realizados, da responsabilidade de António Portugal.

A conjugação rara de diversos factores, como o interesse manifestado pela Faculdade de Letras, a viabilidade da aquisição do imóvel por parte do Estado, ou o trabalho conjunto da DGEMN com os então directores dos Institutos de Arqueologia e História da Arte da Universidade de Coimbra, criaram as condições e o ambiente propícios à renovação de conhecimentos e sobretudo a um restauro e readaptação do mais alto nível. Da Casa de Baixo, contudo. Não da totalidade do Paço de Sub-Ripas, conjunto de edifícios só completo quando nele se integra a Casa de Cima ou do Arco (que passadas duas décadas continua a ser, sob muitos aspectos, desconhecida).

#### BIBLIOGRAFIA:

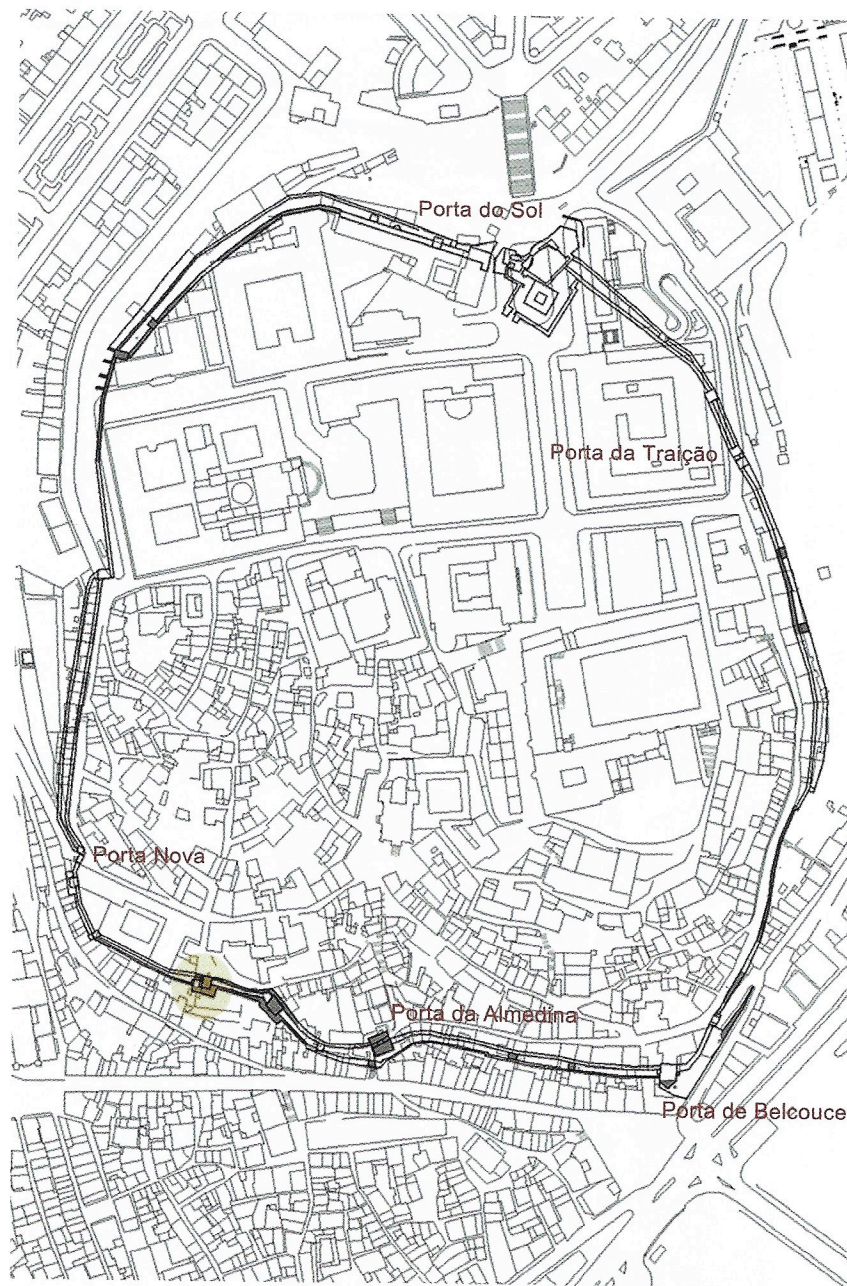
- ALARCÃO, Jorge de (1979), “As Origens de Coimbra”, sep. das *I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, Coimbra.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge (2002), *História da Arte em Portugal. O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença.
- BARROCA, Mário Jorge (1997), “Torres, Casas-Torres ou Casas Fortes, A concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)”, *Revista de História das Ideias*, 19, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- BEIRANTE Ângela (1988), *Évora na Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.
- BORGES, Nelson Correia, (1980), *João de Ruão, escultor da Renascença*, Coimbra, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CALDAS, João Vieira (2001), “O mundo erudito e o mundo vernáculo nas quintas viradas ao Tejo”, *V Colóquio Luso Brasileiro de História da Arte, A arte no Mundo Português nos séculos XVI, XVII e XVIII*, Faro, Universidade do Algarve.
- CARITA, Hélder (1999), *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte.

---

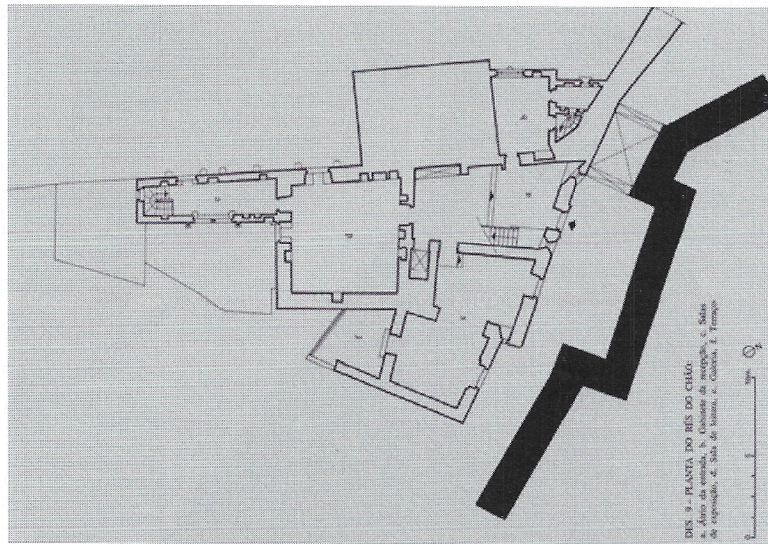
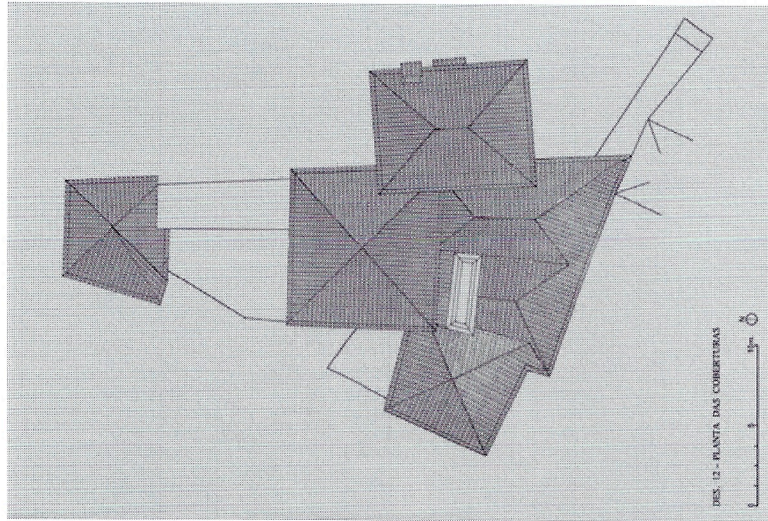
<sup>67</sup> *Casa de Sub Ripas*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 131, Ministério das Obras Públicas, 1990.

- CARVALHO, J. Branquinho de; A. Carneiro da Silva (1964), *Catálogo dos manuscritos do Arquivo Municipal*, Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra.
- CARVALHO, Joaquim Martins de (1871), “Aonde foi assassinada D. Maria Telles?” *O Conimbricense*, 2526-2527, Ano XXIV, 10 /14 de Outubro de 1871.
- CASA de Sub Ripas (1990), Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 131, Ministério das Obras Públicas.
- CORREIA, Fernando Branco (1999), *Elvas na Idade Média*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, A Nogueira (1947), *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes (2002), *O Renascimento em Coimbra. Modelos e programas arquitectónicos*, 2 vols, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiada).
- DIAS, Pedro (1979), *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, Coimbra, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- DIAS, Pedro (1982), *A Arquitectura de Coimbra na Transição do Gótico para a Renascença. 1490-1540*, Coimbra, Epartur.
- DIAS, Pedro (1988), *A arquitectura manuelina*, Porto, Livraria Civilização Editora.
- DIRECÇÃO Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro (Coimbra), Casa de Sub-Ripas, Processo n.º 0603020015.
- GAIO, Manuel da Silva (1943), “Sub Ripas”, *Arquivo Coimbrão*, VII, Coimbra.
- GONÇALVES, Iria (1986), “Posturas Municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, cascais, Patrimonia, 1996.
- “LIVRO de regimentos e posturas desta mui nobre e sempre leal cidade de Coimbra” também conhecido por, “Livro I da Correia”, (1930-1940), leitura e notas de J. Pinto Loureiro, *Arquivo Coimbrão*, vols. II-V, Coimbra.
- LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, Porto, Civilização, s.d..
- LOUREIRO, José Pinto (1935), “Novos subsídios para a biografia de Camões”, *O Instituto*, 89.
- MACEDO, Francisco Pato de (1993), “O Infante D. Pedro – Patrono e Mecenas”, *Biblos*, LXIX, *Actas do Congresso Comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro*, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1964), *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1974.
- MONTEIRO, João Gouveia (1999), *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa, Colibri-Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ORDENAÇÕES Manuelinas, Livro I, *Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian*, 1984.
- PEREIRA, Paulo (1995), “A simbólica manuelina. Razão, celebração, segredo”, PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. II, *Do “Modo” Gótico ao Maneirismo*, Lisboa, Círculo de Leitores.

- PIMENTEL, António Filipe (2003), *A morada da Sabedoria. O Paço Real de Coimbra das origens ao estabelecimento definitivo da Universidade*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiada).
- ROSSA, Walter (2001), *DiverCidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (policopiada).
- SILVA, José Custodio Vieira da (1995), *Paços medievais portugueses*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 200.
- TOMBO Antigo da Câmara de Coimbra* (1532), introdução leitura e notas de, J. Brinquinho de Carvalho, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1964.
- TRINDADE, Luísa (2002), *A Casa corrente em Coimbra, dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra.
- VENTURA, Leontina (1979), "A Muralha Coimbrã na Documentação Medieval", sep das *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, Coimbra.
- "VEREAÇOENS", *Anos de 1390-1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*, comentários e notas de A. de Magalhães Basto, Porto, Câmara Municipal, 1937.



*Cartografia Digital da Evolução Urbanística de Coimbra (coordenação Walter  
Rossa, execução Sandra Pinto), Centro de Estudos de Arquitectura  
da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra*



*Paço de Sub-Ripas. Levantamentos da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (D.G.E.M.N.).  
Coberturas e planta do piso térreo*

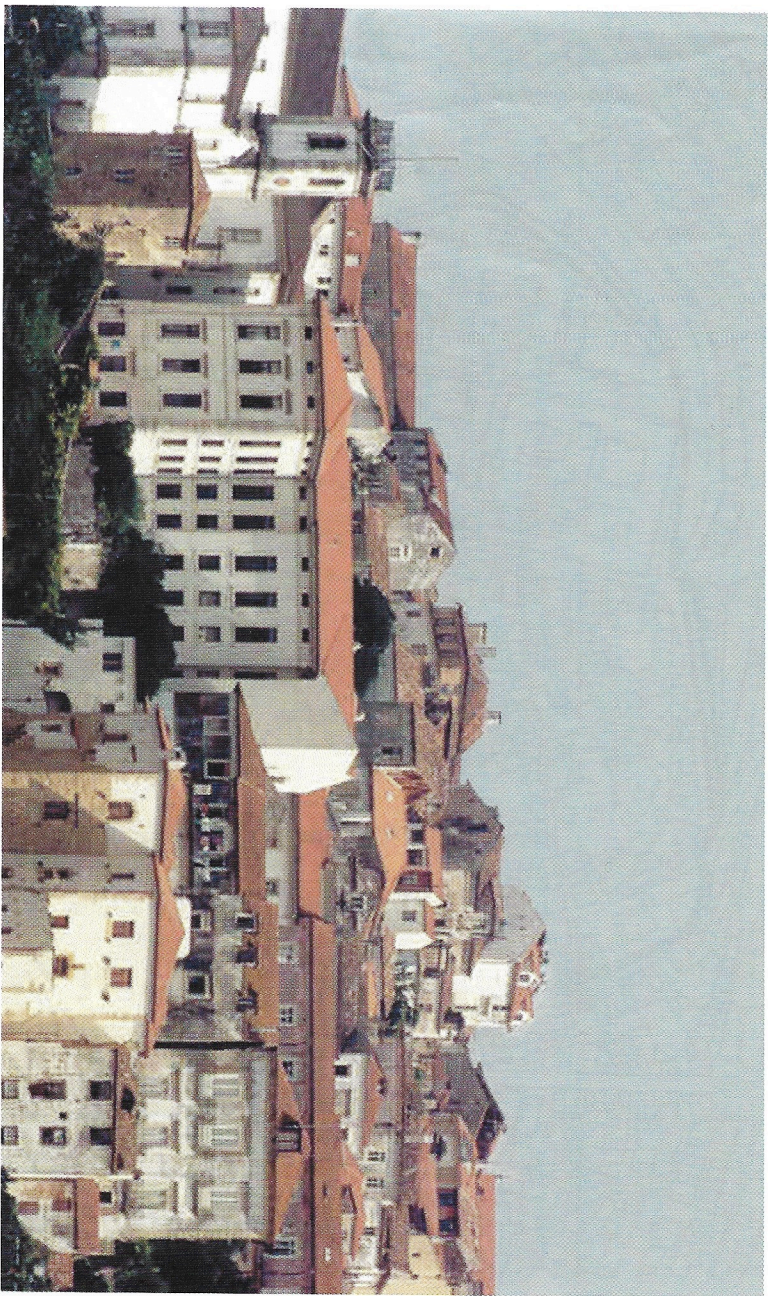


FOTO 1 – Vista sobre o troço sobrevivente da muralha medieval de Coimbra. À esquerda, a Torre de Anto (antiga Torre do Prior do Ameal), à direita, o Paço de Sub-Ripas, actual Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra



FOTO 2 – Rua de Sub-Ripas. Vista sobre o conjunto residencial. À esquerda, o Paço de Sub-Ripas ou Casa da Torre, à direita, a Casa de Cima ou do Arco. Ao centro, o balcão de ligação entre os dois corpos (Foto Sérgio Azenha)



FOTO 3 – Vista aérea sobre o Paço de Sub-Ripas



FOTO 4 – Paço de Sub-Ripas. Fachada norte. À direita é bem visível a estrutura da antiga torre ainda com os vestígios do balcão com mata-cães





FOTO 5 – Paço de Sub-Ripas. Entrada principal (Foto Sérgio Azenha)



FOTO 6 – Pormenor da decoração do portal. Máscara de folhagens



FOTO 7 – Pormenor da decoração de uma das janelas da fachada principal



FOTO 8 – Paço de Sub-Ripas. Pátio norte (Foto Sérgio Azenha)



Foto 9 E 10 – Paço de São-Ripas. Pormenores do pátio norte





FOTO 11 – Janela múdejar no corpo  
ocidental



FOTO 12 – Janela na fachada  
ocidental



FOTO 13 – Cobertura da chamada  
manga norte

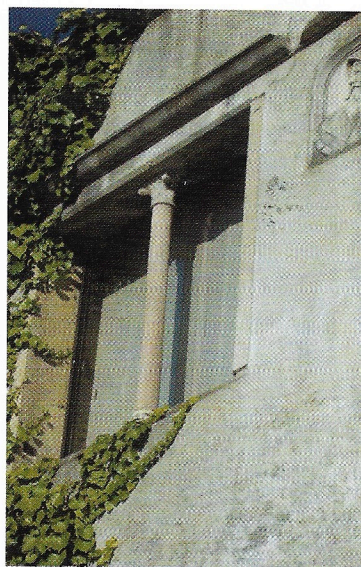


FOTO 14 – Janela do Pátio norte



FOTO 15 – Paço de Sub-Ripas. Tectos originais antes da campanha de restauro da década de 1980

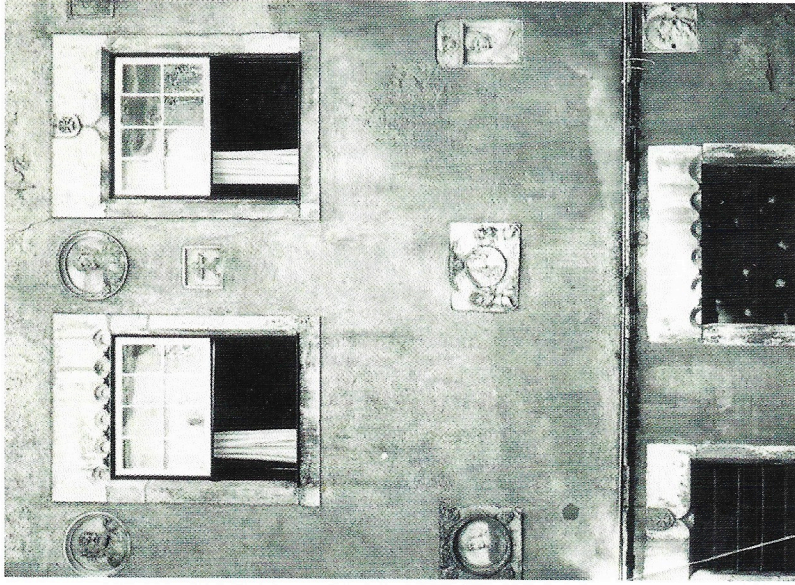


FOTO 16 E 17 – Casa de Cima ou do Arco. Pormenores decorativos